

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

João Pedro Moreira da Silva

**O PROBLEMA DA FOME: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DURANTE  
VARGAS, DITADURA MILITAR E LULA I**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientadora: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora  
2023

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **João Pedro Moreira da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072018A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O PROBLEMA DA FOME: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DURANTE VARGAS, DITADURA MILITAR E LULA I**, desenvolvido durante o período de 25 DE MAIO DE 2023 a 06 DE JULHO DE 2023 sob a orientação de ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de julho de 2023.

---

**João Pedro Moreira da Silva**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( x ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# O PROBLEMA DA FOME: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DURANTE VARGAS, DITADURA MILITAR E LULA I

João Pedro Moreira da Silva

## RESUMO

Este estudo propõe, como critérios metodológicos, a análise de três recortes históricos de grande relevância política no Brasil: Era Vargas (1930-1945), Ditadura Militar (1964-1985) e Governo Lula I (2003-2006). Com essa divisão estabelecida, procura-se entender o problema da fome no país como uma questão persistente, de forma que em cada período o Estado assumiu posturas distintas, que serão analisadas com base nas medidas institucionais aplicadas. O objetivo, portanto, é trazer uma revisão crítica sobre as iniciativas dos governos em vigência sobre as questões sociais, assim como traçar uma linha do tempo do Brasil no que diz respeito à problemática da alimentação e toda a sua precariedade, fazendo referência à colonização como ponto de partida da desigualdade enraizada na sociedade brasileira. O trabalho aborda as relações sociais construídas por meio do acesso ao alimento, com pontos importantes para uma discussão ampla, como a agricultura ligada à estrutura fundiária e o poder atrelado à terra, o que leva ao debate sobre a reforma agrária como uma possível solução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fome, Políticas Públicas, Colonização, Desigualdade Social.

## 1. INTRODUÇÃO

A fome é uma questão de extrema importância a ser discutida, principalmente ao se tratar do Brasil, nesse sentido, a história do país ensina que política e sociedade andam juntas, e influenciam diretamente no bem estar da população, incluindo a qualidade da alimentação oferecida. As variáveis relacionadas à fome atualmente interceptam o passado colonial, marcado pelo trabalho escravo, e serve de ponto de partida para uma construção de uma sociedade intolerante, racista e desigual. Logo, o trabalho a seguir pretende abordar a problemática da fome por meio de um panorama histórico, inspirando-se inicialmente na interpretação de Josué de Castro sobre o problema da fome em nosso país. Os recortes históricos destacados são a Era Vargas (1930-1945), que possui o mérito de dar início às grandes medidas institucionais de combate à fome, em contraste com o colapso econômico do momento da Ditadura Militar (1964-1985), que será abordada logo em seguida, e, por fim, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) compreendido como uma mudança significativa no direcionamento político, cuja prioridade será o combate à extrema pobreza e, por consequência, a fome. Portanto, este estudo, fundamentado em pesquisas bibliográficas, tem como objetivo construir um olhar crítico sobre a função das instituições acerca da fome no Brasil, assim como elucidar a trajetória histórica do país em relação às medidas tomadas para combater tal empecilho enraizado socialmente. O ponto em comum entre os três momentos abordados é relacionado ao impacto político causado na trajetória do país, de forma que são recortes fortemente lembrados atualmente, e o acesso à comida também deve ser analisado em meio às manobras institucionais de cada período.

O estudo sobre a fome no Brasil é uma tarefa que exige grande profundidade nas pesquisas, pois trata-se de uma análise que transparece a necessidade de entender a origem de uma estrutura social que possibilita essa problemática da insegurança alimentar, aliada à extrema pobreza e tantas outras questões de grande importância para serem debatidas. Nesse sentido, cabe ressaltar a herança colonial que está fixada na sociedade brasileira, e Josué de Castro (1984) traz essa constatação em “Geografia da Fome”, no qual complexifica o problema da fome, pois revela o tamanho do Brasil, isto é, divide o país em regiões baseadas em características alimentares, cada uma com suas particularidades, como os alimentos consumidos e impactos causados pelo colonialismo. A região amazônica, por exemplo, deve ser citada como uma das áreas que, no momento em que o livro foi escrito (por volta da década de 1930), eram alarmantes no que tange à fome e os

produtos disponíveis para a população. Logo, suas características se entrelaçam às suas condições climáticas e naturais, visto que abrange uma extensa área florestal, ou seja, afastada de centros urbanos, e o autor, por consequência, entende que o processo de colonização e exploração também passou por adaptações. Sob essa ótica, ocorre o duelo entre o homem e a natureza, a qual mantém seu funcionamento ao passo em que é invadida por elementos humanos que se agrupam para construir uma vida social dominada pelas ações individuais, visto que o Estado não administra plenamente a colônia e, em uma região isolada e dominada pelos elementos naturais, as atividades individuais são recorrentes, e as unidades colonizadoras se reduzem ao particular (o homem). O fundamento teórico utilizado por Castro é baseado na ideia de Oliveira Viana (2005) que, por sua vez, constrói sua teoria pelas ideias de Durkheim. Sob essa análise, o problema do atraso no Brasil é fruto de uma sociedade inconsistente e sem organicidade, isto é, pouco harmônica, causado por uma estrutura disfuncional análoga ao período feudal, sem laços de solidariedade orgânica.

Ficavam, assim, os colonos sustentados quase que exclusivamente por sua força e iniciativa próprias, com as suas conquistas defendidas muito menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada dos particulares. Se por toda a América Ibérica o privatismo campeou, no caso da conquista da Amazônia, por seu excessivo isolamento territorial, ele se extremou até os limites máximos do individualismo. (CASTRO, 1984, p. 73)

Construiu-se, portanto, um contexto pautado pela desigualdade, estimulada principalmente pela escravidão aliada ao latifúndio, o que direcionou as divisões da sociedade relacionadas ao direito à alimentação. Por se tratar de uma alimentação escassa, foi desenvolvida uma espécie de anorexia crônica na visão de Josué de Castro, isto é, a sensação falsa de satisfação ao comer pouco. Tal prática tornou-se naturalizada, de modo que o próprio organismo se adaptou a esse contexto ao reduzir o impulso alimentar, dessa forma, é comum na área amazonense o uso da pimenta como um tipo de aperitivo para estimular o apetite antes de refeições. A atividade metabólica também foi alterada por conta do clima, de forma a diminuir a produtividade individual como forma de proteção do corpo, o que contribuiria as ideias difundidas sobre a “preguiça dos povos equatoriais”.

A monocultura de cana-de-açúcar do Nordeste Açucareiro, por sua vez, é marcada pela destruição da floresta, o que acarreta em tantos outros fatores, como o clima e a diversidade da produção, logo, impacta na alimentação. De acordo com o autor, o mérito atribuído ao português é relacionado à sua plasticidade na exploração, ou seja, a maleabilidade para a adaptação mais efetiva do europeu ao clima local, juntamente com o processo de colonização. No entanto, o investimento intenso na produção açucareira trouxe malefícios a longo prazo, pois se tratava de um local com um solo propício para um plantio diverso, isto é, um cultivo que abrangesse uma produção e, conseqüentemente, uma alimentação mais completa, e a decisão de uma produção massiva projetada para a monocultura rompe com essa possibilidade.

Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. E é a pura verdade. (CASTRO, 1984, p. 117)

O poder e influência atribuídos aos grandes senhores de engenho podem ser claramente vistos através da disseminação de tabus, isto é, difusão de informações com o objetivo de impedir escravos de se alimentarem de determinados produtos (em especial frutas) que eram mais consumidos pelos proprietários de terras, como a ideia de que manga com leite seria veneno, por exemplo, e, a longo prazo, os tabus foram responsáveis por

diminuir a produção e desenvolver o desinteresse do nordestino em consumir certos alimentos por uma questão de costume.

Josué de Castro, por fim, contribuiu simbolicamente para o debate sobre a fome por meio de seu livro “Geografia da Fome”, mas também participou ativamente ao utilizar sua influência em seu cargo de deputado federal e presidente do Conselho Consultivo da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e da ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome), assim como Viana (2005), que trabalhou no governo Vargas. Nesse sentido, o autor de “Populações Meridionais do Brasil” também aborda a importância de políticas públicas, visto que traz em sua obra que a via estatal é necessária para organizar uma sociedade organicamente articulada, isto é, a construção de um pensamento social brasileiro que produza uma identidade nacional, assim como Sérgio Buarque de Holanda (1995) apontou em “Raízes do Brasil” que a racionalidade da esfera pública deve ser preservada por meio do funcionamento das instituições governamentais, que não devem ser sujeitadas ao privatismo das relações criadas pelo poder político. O Estado, portanto, é enfatizado por esses autores da primeira metade do século XX como um agente que deve tomar decisões, em um contexto em que Getúlio Vargas, por meio de um golpe, se torna presidente do Brasil.

## 2. A ERA VARGAS

O período de 15 anos marcado pela primeira liderança de Getúlio Vargas possui debates pertinentes no que tange à busca de uma identidade nacional, de forma a promover medidas que incitem uma mobilização e apoio popular em relação à sua agenda política e, principalmente, produzir um senso comum positivo sobre a figura pessoal do chefe de Estado. Sob esse aspecto, na procura de certa unidade ideológica do país, isto é, a resposta para a pergunta “o que é o Brasil?”, Vargas estimulou a construção de símbolos, como a popularização dos desfiles de escolas de samba, e criou instituições de patamar nacional como a SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e CNA (Conselho Nacional de Alimentação) durante o Estado Novo (1937-1945), período no qual foi marcado pelo autoritarismo. Por meio disso, entende-se que havia um conhecimento mínimo sobre a importância do Estado em propor mudanças que possibilite uma melhor alimentação do brasileiro, principalmente as camadas mais desprestigiadas e socialmente marginalizadas, assim, o SAPS foi responsável pela abertura de restaurantes populares nos centros urbanos, de forma a facilitar o acesso à comida. Vargas também instituiu o salário mínimo como uma medida que, em tese, foi uma vitória trabalhista e permitiu uma melhor qualidade de vida ao “povo”, assim como foi exposto no discurso do próprio presidente em 1º de maio de 1940. Contudo, os reajustes do salário não condiziam com o custo de vida real do trabalhador, logo, o valor fixo era insuficiente para suprir as necessidades mínimas, incluindo as nutritivas, de forma a obrigar, indiretamente, a aumentar as jornadas de trabalho.

Os benefícios da política trabalhista, empreendida nestes últimos anos, alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do País e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A ação tutelar e providente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção do lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares. (VARGAS, 1940 *apud* PAIM, 2005, p.140)

Posteriormente, em 1953, criou-se o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição como um dos braços do CNA, e objetivava a extinção da problemática da fome no país, sendo, atualmente, considerado um dos pilares do projeto governamental para alimentação no Brasil, com foco no grupo materno infantil e, em

seguida, nas escolas e ambientes de trabalho. Por efeito dessa preocupação na questão da insegurança alimentar, que era pauta também em um contexto global, propagou-se cada vez mais discursos que elucidavam a importância de se discutir sobre a fome como uma problemática aliada à pobreza, portanto, ONGs foram criadas com essa proposta, como a ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome), a qual era presidida por Josué de Castro, e era responsável pela mediação, supervisão e mobilização para o combate à fome em escala mundial.

No entanto, ao fazer um panorama geral sobre os programas de alimentação criados pelo governo a partir de Getúlio Vargas, Vasconcelos (2005) observa um viés mercadológico por trás dessas medidas assistenciais, visando o desenvolvimento de comportamentos e hábitos em que seriam inseridos novos produtos para que, assim, o mercado internacional seja fortalecido. Os alimentos industrializados, para além de uma mudança que reflete o processo de urbanização e uma nova forma de viver que se constrói por meio do desenvolvimento das cidades e suas dinâmicas, também possui relação com uma estratégia capitalista, e possibilita a criação de uma dependência entre os países, utilizando da alimentação como artifício para dominação e manutenção de um paradigma histórico, o qual tem gênese nos períodos de exploração, como a colonização na América e o Imperialismo na África e Ásia. A industrialização, portanto, constrói o contexto posterior à Era Vargas, e com isso, intensifica as problemáticas ligadas à pobreza e subnutrição, com seu ápice no período da Ditadura Militar, a partir do Golpe de 1964, embora haja a articulação institucional para minimizar tais obstáculos.

### **3. A DITADURA MILITAR**

#### **3.1. MEDIDAS INSTITUCIONAIS**

Os anos no Brasil liderados pelos militares revelam, superficialmente, um avanço no que diz respeito à questão econômica, com aumento do Produto Interno Bruto (PIB), aceleração da produção industrial e grandes obras de infraestrutura, por exemplo. No entanto, a prosperidade do “milagre econômico” não condizia com a realidade do período ditatorial, tendo em vista a exclusão das massas populares desse momento de crescimento, por meio do descaso governamental em ajustar a distribuição de renda ao manter a precariedade nas condições de vida e de trabalho dessa população, como registra Daniel Horta Alvim (2016) em “Mobilizações Contra a Fome no Brasil (1978-1988)”.

Apesar do estigma da desigualdade se manter, medidas foram tomadas sobre a questão da insegurança alimentar, visto que, entre 1974 e 1975, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) apontou que 67% da população brasileira possuía consumo energético menor que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sob esse aspecto, criou-se o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e, a partir dele, instituiu-se, em 1973, o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I) e, em 1976, o PRONAN II, o qual possui o mérito de trazer a pauta nutricional como uma questão de cunho público. Gestantes, crianças e trabalhadores de baixa renda são os grupos que ganharam maior atenção dos projetos do INAN, e participavam deles ministérios da Saúde, da Educação, por meio da inserção de campanhas para alimentação correta nas escolas, e do Trabalho, com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Os programas assistenciais fundados tiveram certo efeito, embora a permanência da fome e miséria como grandes problemas a serem solucionados. O campo nutricional se elevou economicamente no país, pois se estimulou a criação de um mercado consumidor maior, e as indústrias alimentícias se aproveitaram deste deslocamento (modesto) de renda.

#### **3.2. A CPI DA FOME**

As mobilizações acerca da problemática da subnutrição no Brasil passam a ganhar maior corpo na década de 1980, principalmente por conta do auxílio de instituições de grande peso, como a CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), a qual se utilizava do poder da Igreja Católica para alertar sobre a urgência de se combater a fome no país, produzindo documentos e campanhas sobre tal temática. Por meio da intensificação do debate e das denúncias, abriu-se a CPI da Fome, em 1981, promovida através da força política do grupo de oposição ao governo e liderada pelo deputado Adhemar Santillo. O espaço encontrado foi reservado para explicitar, por meio de dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, que argumentaram a favor da ideia de que havia um problema sério no que diz respeito à fome no país, enfatizando casos de mortalidade infantil e déficits calóricos na dieta do brasileiro. Organizações partidárias, religiosas e locais, juntamente com cientistas e servidores públicos utilizavam de sua voz para trazer maior esclarecimento sobre a fome no país, tendo em vista a tentativa do Governo Federal em abafar as denúncias e disseminar um discurso positivo sobre o regime em vigência, como a veiculação das prosperidades do “milagre econômico”.

Os depoimentos feitos durante a CPI da Fome, como exposto por Alvim (2016), denunciaram, com a ajuda de especialistas e estudiosos, a estrutura social que o Brasil apresenta, de forma que faz parte de uma engrenagem capitalista que contribui para a manutenção do estigma da fome. Os baixos salários recebidos pelos trabalhadores faz parte desse projeto, pois impulsiona a produção de alimentos com foco na exportação, tendo em vista a dificuldade de obter um mercado consumidor interno, com grande quantidade de pessoas passando dificuldades financeiras. O contexto nordestino deve ser destacado, por conta do assustador número de mortes entre os trabalhadores da Frente de Trabalho do Nordeste, criada para salvar os moradores da seca do local, e de acordo com as informações disponibilizadas pelo CEPAC/ CPT/ IBASE, mais de 400 mil pessoas foram a óbito. A remuneração para o serviço prestado era inferior ao salário mínimo nacional, o que denota o caráter exploratório e toda a precariedade de quem necessitava dessa renda. Além disso, havia denúncias de violência contra os alistados da Frente, utilizando os salários como uma “moeda de troca” aos interesses de chefes políticos, isto é, ameaças e taxações como uma forma de coerção política, assim como atrasos no pagamento das quantias, o que levou a muitos trabalhadores desistirem de tal oportunidade de emprego. Os grandes proprietários se beneficiaram desse serviço e todas as manobras, pois os empregados trabalhavam em propriedades particulares desses homens, de forma a proporcionar melhorias no local com um custo baixo, e o foco dos depoimentos era explicitar como a elite se beneficiava com esse sistema, que se baseava em uma estrutura fundiária enraizada e que, até no momento atual, é um problema que o Brasil enfrenta.

### 3.3. A CRISE E OS MOVIMENTOS POPULARES

A condução dos governos militares na esfera econômica revela inconsistências que impactaram fortemente na alimentação do brasileiro, ou seja, foi gerada uma crise que estourou em 1981, marcada por uma inflação acentuada, a qual elevou os preços de alimentos de consumo popular como, por exemplo, o leite. Progressivamente, produtos considerados essenciais e presentes na dieta do brasileiro tornaram-se cada vez mais ausentes, criando um ambiente cada vez mais suscetível para a manutenção (e acentuação) da fome e da miséria. Grandes comerciantes, em meio a esse contexto, fraudaram vendas e alteraram ilegalmente a qualidade de seus produtos, como artifício para economizar seu material de produção ao utilizar mais água em sua fórmula, por exemplo, no entanto, os órgãos de fiscalização não foram rígidos com essas ocorrências por conta da magnitude dos negócios relacionados a essa prática, negligenciando, assim, trâmites impulsionados pelo abuso de poder por parte de agentes com grande força política.

Desta maneira, a grave combinação entre um *salário mínimo que não dava para comer*, salto inflacionário, crescimento do desemprego e redução drástica do PIB faria do ano de 1983 o período com maior índice de pobreza e extrema pobreza da história

recente nacional, atingindo um total de pobres de 59.922.702,00 milhões de pessoas (48% da população), perfazendo um total de extremamente pobres de 28.305.412,00 milhões de pessoas (23% da população). (ALVIM, 2016, p. 60)

Por efeito dessas barreiras econômicas e sociais que o Brasil enfrentava, movimentos com participação popular ganharam mais força a partir do ano de 1980, envolvendo ações mais pacifistas e, também, vertentes mais radicais. Saques a supermercados e grandes conflitos em protestos de ruas dos centros urbanos fazem parte de alguns dos acontecimentos acerca desses movimentos, que possuem suas particularidades, em virtude de cada um pertencer a um contexto político específico, com insatisfações e motivações diferentes, porém, simultaneamente a todas suas variações, são movimentos que se assemelham em sua gênese, isto é, na sua agenda política. Os protestos populares durante esse período da ditadura serviram como uma reação aos cortes dos salários, o aumento do custo de vida do brasileiro em um momento em que o projeto da fome e da pobreza se concretizava por meio de um Estado que tomava medidas autoritárias. Portanto, a conjuntura que era desenvolvida, de um modo geral, servia de estímulo para um embate e a busca de uma participação mais ativa das classes populares contra a repressão da ditadura, como uma forma de sobrevivência.

O debate sobre os saques durante esses movimentos deve ser destacado, principalmente fazendo referência à passeata do dia 4 de abril de 1983 em São Paulo, no bairro de Santo Amaro, onde ocorreu um conflito generalizado (e violento) entre manifestantes e policiais, que estavam no local devido a uma adesão ao protesto além da prevista pelos líderes sindicalistas organizadores. Em resposta às ações violentas dos policiais, os manifestantes em massa saquearam supermercados do local, prática que se tornou comum por certo período com a presença da imprensa veiculando e publicando em seus canais de comunicação sobre os acontecimentos. Nesse aspecto, o viés desses grandes jornais, em geral, se definia por reproduzir, por meio da própria linguagem, um olhar negativo sobre os saques e os trabalhadores envolvidos, negligenciando a fome como problemática principal de todo o conflito e enxergando os manifestantes como ameaças (“saqueadores”). As interpretações sobre os saques variam de acordo com cada grupo social e seus referenciais: as autoridades ligadas a grandes empresas entendem que há um fundamento político, como uma forma de ataque de uma “liderança golpista” gerenciada pela esquerda radical, que fazia parte da oposição ao governo militar. Enquanto isso, os sindicatos enxergavam os saques como um efeito de todo o contexto socioeconômico enfrentado pela classe trabalhadora.

### 3.4. O ANO DE 1983 E A REGIÃO NORDESTE

Assim como já foi abordado previamente, a situação da fome no Nordeste atingiu uma gravidade alarmante, envolvendo a questão das frentes de trabalho, que também serviam como ferramentas para a exploração dos trabalhadores em vulnerabilidade social. Os salários eram considerados atrativos para essa população em dificuldade, porém, tratavam-se de salários abusivos (por volta de meio salário mínimo), principalmente em um momento de extrema inflação. O ano de 1983 simboliza o contexto de miséria extrema do Brasil, e deve-se destacar que os nordestinos sofreram com a negligência do Estado, e a popularização das frentes de emergência são reflexo dessa constatação, visto que milhões de pessoas se alistaram visando uma melhora singela na qualidade de vida. As lutas populares estão relacionadas a todo esse sistema, e muitas ocorrências foram registradas pela região durante esse período de um ano, como em Teresina, onde centenas de pessoas cercaram o palácio do governo do Piauí, gritando frases como “estamos com fome”. Além disso, em Pernambuco, Alvim (2016) também documenta que sindicalistas ajudaram a produzir uma carta para ser publicada em uma edição de “Grito do Nordeste”, de forma a causar uma pressão contra as autoridades, objetivando algum tipo de pronunciamento público dessas figuras políticas para fomentar o debate e articular medidas institucionais que vão de acordo com as necessidades da população mais pobre.



Viagens eram feitas até as capitais do país para que a população pobre pudesse obter, de alguma forma, algo para comer, sem perspectiva alguma de êxito. Em setembro de 1983, milhares de pessoas foram levadas à Fortaleza pelo “Trem da Fome”, e muitas das famílias são impactadas pelo problema da seca do sertão nordestino, procurando uma região metropolitana para o acesso mais fácil à alimentação e qualidade de vida. As rodovias também foram alternativas encontradas em meio ao desespero causado pela fome: pessoas se debruçaram em frente aos carros, que passavam em alta velocidade, pedindo por comida. O êxodo rural na região Nordeste é uma prática que se intensifica no ano em que está sendo aprofundado, mas trata-se de uma tradição, principalmente por conta da seca, e é importante destacar o ano de 1970 o qual foi marcado por uma temporada climática intensa, levando a um grande número de nordestinos se deslocarem para o Sudeste.

Ao que parece, esta histórica trajetória das lutas populares nordestinas lançam luz sobre a ocorrência dos distúrbios verificados em São Paulo, durante o mês de Abril de 1983, como também sobre outras experiências que vão se espalhar pelo país, de maneira muito similar, como foi o caso das mobilizações ocorridas na região metropolitana do Rio de Janeiro (ALVIM, 2016, p. 154)

Os governos militares, portanto, são marcados pela negligência do Estado frente ao avanço da desigualdade social, com processos que evidenciam a gravidade do problema como a CPI da Fome e os saques, ao passo em que se tratam de governos repressivos que utilizaram a censura como uma das ferramentas para minimizar as questões sociais do país. Em contrapartida, em um momento posterior, de redemocratização do Brasil, a postura governamental sobre tais questões começa a mudar, de modo que assume a existência da fome e traz propostas consistentes, como é o caso da Era Lula, a partir de 2003.

#### **4. O GOVERNO LULA I (2003-2006)**

##### **4.1. BOLSA FAMÍLIA E O FOME ZERO**

O Bolsa Família é um programa desenvolvido pelo governo federal, e foi considerado o maior projeto de transferência de renda do país, e a população do Nordeste foi a mais beneficiada, tendo em vista as condições em que esse “povo” vivia, como já foi documentado neste trabalho anteriormente. O programa envolve e unifica outras iniciativas que o torna mais encorpado, para além de uma simples transferência bancária, como Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, assim, entende-se a profundidade em que o Bolsa Família trabalha, com a tentativa de inserir socialmente famílias a oportunidades de obter uma melhor qualidade de vida e com o mínimo de conforto, uma alimentação minimamente suficiente e agradável, impactando âmbitos fundamentais no desenvolvimento do país, como educação, a partir do incentivo da inserção (e permanência) de crianças no ensino público. Em 2006, final do Governo Lula I, cerca de 15% das transferências constitucionais feitas aos municípios são da responsabilidade do Bolsa Família, o que traz à tona a magnitude e o montante investido, sendo que, em cada região do país havia uma variação do valor, e a média geral era por volta de R\$61,70, como documentado por Marques e Mendes (2008) em “Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula”

Esses indicadores do Bolsa Família - em relação ao total da população e da Renda Disponível dos municípios brasileiros - mostram quão importantes são os programas compensatórios na promoção da distribuição da renda e da atividade econômica nos recantos mais pobres do país. Persiste, no entanto, o fato de seus benefícios não derivarem de um direito, de forma que esses podem

ser extintos pelo simples ato de vontade do governo federal de plantão (idem, ibidem). (MARQUES, MENDES, 2008, p. 100 )

O programa Fome Zero, junto ao Bolsa Família, participa dessa iniciativa do governo em buscar a inserção social de famílias em condições de vulnerabilidade, através da geração de renda e distribuição de alimentos. O projeto consiste na divisão entre políticas locais, com a abertura de restaurantes populares e feiras livres, por exemplo, políticas específicas, como o uso de cartões-alimentação, investimento na merenda escolar, e as políticas estruturais, que envolvem a necessidade de uma reforma agrária. As famílias beneficiadas pelo Fome Zero, além de receber o cartão-alimentação, podem participar de cursos profissionalizantes e de alfabetização, auxílios para a manutenção da moradia, programas de saúde, incentivo à agricultura familiar e outros. Os municípios possuem agentes que prestam o serviço de acompanhamento às famílias, checando o processo de inserção social por meio de hábitos diários e os resultados obtidos: melhorias no cuidado com a higiene, presença nos cursos profissionalizantes e de alfabetização, ou seja, uma fiscalização que comprove o aproveitamento dos benefícios oferecidos e se há efeitos positivos no que tange a qualidade de vida desses trabalhadores. O Banco de Alimentos também deve ser analisado, pois faz parte de uma tentativa institucional de mobilizar a população no combate à fome, assim como minimizar o problema da desigualdade na distribuição de alimentos, e tem como tarefa recolher alimentos por meio de doações de estabelecimentos como restaurantes e padarias e destinar, no mesmo dia, para grupos necessitados, como moradores de rua e clínicas de saúde.

O debate acerca desses projetos são intensos, pois trata-se da disseminação de diferentes visões sobre o verdadeiro efeito sobre a fome no Brasil, tendo em vista que a lógica do trabalho permanece em vigor, e o programa serve como uma alternativa para complementar a renda, e não um direito. A busca por trabalho em regiões afastadas dos centros urbanos se vê mais árdua, com a possibilidade de encontrar propostas de emprego abusivas por conta de uma flexibilidade característica de áreas rurais, logo, há a ideia de que, apesar do esforço em combater a fome e a miséria pelo Bolsa Família e Fome Zero, são programas insuficientes e que correm o risco de serem extinguidos com as mudanças dos representantes e, conseqüentemente, novas prioridades são definidas baseadas na sua agenda político-partidária, como também argumentam Marques e Mendes (2007) em “Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula”.

#### 4.2. O PROBLEMA DO AGRONEGÓCIO

Segundo Oliveira Viana (2005), a principal falha da estrutura do Brasil é o latifúndio, que funciona como um elemento que produz a conservação ou modernização do atraso, isto é, ao passo em que o Brasil se industrializa, a estrutura fundiária, que foi determinada por toda a configuração histórica e colonial do país, é um fator que remete ao modo de vida feudal e segue como sustentáculo da sociedade brasileira. Nesse sentido, a questão que envolve a distribuição de terras deve ser discutida, pois também faz parte de um contexto político, que é possível encontrar grandes proprietários que possuem influência até em escala nacional. Durante o governo Lula, a postura do presidente era de grande expectativa, tendo em vista a sua trajetória política pessoal trabalhando como membro de sindicatos, e a decisão do representante e de toda a equipe foi favorável ao enriquecimento do agronegócio, o qual é considerado a grande fortaleza da economia brasileira, baseando-se na exportação das *commodities*.

Apesar dessa constatação, há o esforço do governo em promover medidas que garantem terras para pequenos agricultores, de forma que também regularizou áreas de comunidades ribeirinhas, embora tal prática não seja uma medida que faça parte do processo de reforma agrária. A estratégia utilizada é a busca pela não-competição com o agronegócio, de forma a disponibilizar novas terras para famílias desabrigadas simultaneamente à expansão da fronteira agrícola por meio da regularização de territórios, que podiam ser submetidos à grilagem anteriormente, logo, há uma garantia de segurança para o pequeno proprietário. O Nordeste, mais uma vez, é a região mais beneficiada, juntamente com o Norte, tendo em vista toda a estrutura

fundiária local e a extrema pobreza que assola a área, e o reconhecimento de terras fortalece e incentiva a agricultura familiar, que serve como uma forma de subsistência e renda.

O projeto do agronegócio possui função fundamental na economia do país, contudo, tem grande responsabilidade pelo problema da fome, pois não faz parte de uma política que alimenta a população, e tem como objetivo o lucro pela exportação de produtos, utilizando grandes recortes de terras (e que tendem a crescer) à exaustão, de forma que também tem relação com o crescente desmatamento para a utilização de áreas produtivas. A trajetória histórica do Brasil em relação à estrutura fundiária também explicita o poder político atrelado à terra, como afirma Santos (2011) em “O que teve de Reforma Agrária no Governo Lula?”, com grandes proprietários exercendo sua influência no meio rural para, por exemplo, processos eleitorais, como era visto no Coronelismo, e embora o mérito do governo Lula em facilitar o acesso à terra para famílias desabrigadas seja verídico, a expansão do projeto que mantém o problema da fome e concentra o poder político na mão de elitistas também foi permitida.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho é, por meio dos recortes históricos apresentados, provocar uma reflexão sobre o impacto de como o poder político é conduzido pelas autoridades, de forma que a agenda política de cada gestão define uma direção, isto é, nota-se, pela trajetória histórica do Brasil, a tradição do conservadorismo como viés predominante nas tomadas de decisão. O governo de Getúlio Vargas propôs medidas que levassem em conta a fome e miséria crescentes no país, no entanto, se fazem insuficientes e de caráter paliativo frente à magnitude do problema, principalmente ao se levar em conta o contexto de instabilidade política, destacando o período do Estado Novo (1937-1945), o qual foi marcado como um governo ditatorial que, através do Plano Cohen, instituiu o regime, com a estratégia discursiva de que uma ameaça comunista que o Brasil poderia retirar Vargas do poder. Apesar do caráter autoritário, o período da Era Vargas é lembrada por consolidações trabalhistas importantes, e também faz parte de um projeto discursivo para negligenciar o conservadorismo característico do momento, instituindo medidas que beneficiam a classe trabalhadora para conquistar a aprovação popular, por isso o apelido de “pai dos pobres”. A Ditadura Militar, por sua vez, vai na contramão de uma liderança carismática, tendo em vista o caráter repressivo do regime. A CPI da Fome é um reflexo do descaso governamental sobre a temática da pobreza e tudo relacionado, e a sociedade civil estava mobilizada para trazer a denúncia à tona, mesmo em um período em que a censura era um artifício fortemente acionado. A ilusão criada sobre o “milagre econômico” escondia a verdadeira conjuntura econômica brasileira, baseada em uma inflação intensa que impactava diretamente no poder de compra da população, principalmente da massa trabalhadora que possui o salário mínimo como renda mensal. A pobreza e a fome alcançaram um patamar gritante com a gestão conservadora dos militares, o que levou à criação de levantes e mobilizações populares nas ruas pelo país, no entanto, muitas foram contidas por meio da violência e da força policial.

O Brasil ainda possui sequelas de seu passado colonial, o qual ditou a forma como a questão da alimentação foi construída, ou seja, de forma desigual. O latifúndio monocultor característico da dinâmica colonial não permitiu uma diversificação produtiva, assim como proporcionou a distribuição inconsistente dos alimentos, com uma grande camada da sociedade que desenvolve carências alimentares ou simplesmente morrem de fome. O debate sobre a posse de terra se entrelaça a esse tema, pois um projeto consistente e estrutural de reforma agrária é considerado uma das soluções ao problema, aliado ao investimento estatal em programas como o próprio Bolsa Família, por exemplo. A estrutura fundiária, que possibilitou o surgimento do agronegócio, é um dos sustentáculos da sociedade brasileira, pois fortalece a elite que exerce plenamente seu poder político, inclusive por meio de cargos públicos, como é o caso da bancada ruralista. Dessa forma, além de uma reforma agrária, uma reforma política é uma alternativa, tendo em vista o grande peso desse grupo, porém, é uma tarefa árdua, em virtude da tradição conservadora do país.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações Contra a Fome no Brasil: 1978-1988**. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de História.

BETTO, Frei. **A fome como questão política**. Estudos Avançados, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. ed.10. Antares, 1984.

GUIMARÃES, M. H. S. **A Política de Alimentação no Brasil de Vargas a Bolsonaro: Quando FOME se torna uma projeto de governo!**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Serviço Social.

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil**. Cia. das Letras, 1995.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. Revista Katál, v. 10, ed. 1, 2007.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula**. Revista de Economia, v. 34, 2008.

PAIM, Paulo. **Salário Mínimo: uma história de luta**. Senado Federal, 2005.

SANTOS, Rafael de O. C.. **O que teve de reforma agrária no governo Lula?**. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 27, ed. 12, 2011.

VASCONCELOS, F. A. G. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Revista de Nutrição, 2005.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. v. 27, Edições do Senado Federal, 2005.